

DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO: UMA BREVE REFLEXÃO

Fernanda Maria Sousa Martins; Karla Regiane Viera Costa; Poliana Soares Frasão; Valdiego José Monteiro Tavares; Claudete Sousa Martins

Universidade Estadual da Paraíba – mnanda_cg@hotmail.com, Universidade Estadual da Paraíba kregiane1@gmail.com,
, Facisa – poliana.sfrasao@gmail.com, Universidade Estadual da Paraíba valdiegomonteiro@gmail.com, Universidade
Federal de Campina Grande

Resumo: O artigo mostra a importância do estudo sobre os direitos humanos, bem como o qual importante é que ele esteja presente nas atividades diárias, principalmente quando se trata de pessoas portadoras de necessidades especiais. Em especial quando tratamos destes direitos na educação. Um dos obstáculos enfrentados para a promoção da garantia do direito à educação é o oferecimento de uma educação de qualidade à crianças e adolescentes portadoras de alguma necessidade especial. A dificuldade na oferta de uma educação inclusiva de qualidade não diz respeito apenas a falta de investimento governamental, mas, principalmente na quebra de uma construção histórica alicerçada em preconceito e que vem sendo desconstruída ao longo dos anos. Nos deparamos frequentemente com professores que não valorizam as particularidades e necessidades de cada aluno. Não é apenas as crianças portadoras de necessidades especiais que precisam de uma atenção individualizada, mas toda criança que está inserida dentro de uma sala de aula, dentro do contexto escolar, que possui suas individualidades e particularidades próprias. Para a realização deste artigo, foi feita uma pesquisa qualitativa e analítica através de documentos como Carta Magna de 1988, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), Declaração de Salamanca (1994), bem como os autores PLETSCHE (2009), ARANHA (2003) e PLAISANCE (2010). A partir daí pudemos analisar e observar pontos que estão pelo menos sendo tentado a serem executados no contexto escolar e outras que estão longe de que aconteça. Pudemos perceber também que para que realmente ocorra está tão sonhada inclusão é necessário a participação da família. Além de compreendermos através dos estudos realizados a importância de que a educação inclusiva desde os primeiros anos escolares é fundamental, pois é nesta fase que a criança se encontra em formação da sua personalidade e que esta educação permita a desconstrução dos preconceitos.

Palavras-Chave: Educação, Inclusão, Direitos humanos

Os Direitos Humanos, em sua concepção atual, surgiram no final da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir uma reestruturação da dignidade da pessoa humana enfraquecida com o desrespeito e com as atrocidades ocorridas durante a guerra. Neste sentido, em 1948, na terceira Assembleia Geral das Nações Unidas foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Em nosso ordenamento jurídico, as consequências da normatização desses direitos só vieram a ser trazidas com a Constituição Federal de 1988, importando uma conjuntura de direitos fundamentais primordiais para garantir a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, independente de classe social, etnia, posicionamento político ou qualquer outra forma que venha a criar algum tipo de discriminação.

Entre as novidades trazidas pela Carta Magna de 1988, mais precisamente no rol dos direitos sociais, está previsto o direito à educação que, até então, não constituía obrigação formal do Estado e era oferecida à sociedade de forma assistencial, como meio de amparo à população menos favorecida. Desde então, o Estado e a população vêm enfrentando obstáculos para a garantia de uma educação adequada e igualitária.

Um dos obstáculos enfrentados para a promoção da garantia do direito à educação é o oferecimento de uma educação de qualidade à crianças e adolescentes portadoras de alguma necessidade especial. A dificuldade na oferta de uma educação inclusiva de qualidade não diz respeito apenas a falta de investimento governamental, mas, principalmente na quebra de uma construção histórica alicerçada em preconceito e que vem sendo desconstruída ao longo dos anos.

Pela necessidade de um maior tratamento isonômico em relação às pessoas portadoras de deficiência, o Poder Legislativo, atendendo aos anseios da sociedade, se viu na necessidade de normatizar a proteção à essas pessoas, sendo aprovado em 6 de julho do ano de 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), cujo marco principal é a liberdade do portador de transtorno de deficiência mental.

Todavia, para que essa liberdade se opere de fato, se faz necessária uma construção psicossocial de inclusão e, para tanto, se faz necessária uma efetivação equilibrada e eficaz dos demais direitos garantidos na lei supracitada. Entre eles, destaco o direito à educação, constante nos arts.27 à 30 do Estatuto, essencial para conferir a festejada dignidade da pessoa humana, bem como a garantia do tratamento isonômico perante a sociedade.

No ano de 1994, a UNESCO, realiza a Conferência Mundiais sobre Necessidades Educacionais, que produz a Declaração de Salamanca, onde ocorre uma propagação da educação inclusiva em vários países incluindo o Brasil.

“Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades



acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.” (Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994)

Vários documentos estão disponibilizados para garantir o direito e a inclusão das crianças com deficiência no contexto escolar, porém o que existe ainda é o medo e a falta de conhecimento, digamos até a falta de interesse dos profissionais da educação em entender ou procurar compreender as particularidades de cada criança que é inserida dentro de sua sala de aula.

Nos dias atuais vemos a educação evoluir gradativamente, porém quando se trata de educação especial percebemos que está ainda se encontra em um patamar inferior ao que realmente deveria ser.

Podemos dizer que o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar (PLETSCH, 2009).

Nos deparamos frequentemente com professores que não valorizam as particularidades e necessidades de cada aluno. Não é apenas as crianças portadoras de necessidades especiais que precisam de uma atenção individualizada, mais toda criança que está inserida dentro de uma sala de aula, dentro do contexto escolar, que possui suas individualidades e particularidades próprias. Sem sombra de dúvida que as crianças que possui alguma deficiência, está sim necessita de um cuidado e de uma atenção maior, suas atividades em sala de aula ou fora dela precisam de uma adaptação e um apoio para que sejam executadas, porém o que nos presenciamos é que as crianças estão sendo inseridas sim, porém com duas vertentes: a primeira que as salas de aula estão lotadas e a professora não possui um cuidador em sala para auxilia-la deixando o aluno apenas ocupando o espaço da sala de aula e a segunda é que quando existe o cuidador a professora acaba por se acomodar e deixar que o cuidador exerça o papel de professor sem que o mesmo esteja apto para o mesmo, o professor não adapta as atividades, não transmite para o aluno juntamente com o seu cuidador. Salve alguns casos onde é possível realmente perceber está inclusão que tanto escutamos, existem sim professores que “vestem a camisa” e estão lá para que o seu aluno realmente conclua o ano com os aspectos da aprendizagem, da faixa etária que seu aluno está inserido, com louvor.

Na perspectiva de que realmente exista esta educação com a qual tanto almejamos não podemos deixar de lado a família é uma parte fundamental para que ocorra a educação inclusiva,



não é apenas colocar o filho na escola que irá tornar a educação totalmente inclusiva, não é bem assim, para que essa educação seja possível é necessário também o apoio da família e que está também participe do contexto escolar, que esteja presente a cada avanço ou um possível retrocesso do seu filho, como podemos ver na afirmação de ARANHA:

A educação inclusiva é um projeto a ser construído por todos, família e população em geral, e só terá êxito quando as atitudes em relação à inclusão escolar forem positivas (ARANHA, 2003)

Para que realmente ocorra esta tão sonhada inclusão é necessário a participação da família, pois, quando está encontra-se em total apoio com a educação e a escola onde seu filho está inserido a formação do portador com necessidades especiais tem um grande avanço, uma vez que família compreende a deficiência e busca ajuda para seu filho o avanço educacional e pessoal é sem dúvida maior.

É de extrema importância que a educação inclusiva seja tratada desde os primeiros anos escolares é fundamental, pois é nesta fase que a criança se encontra em formação da sua personalidade e que esta educação permita a desconstrução dos preconceitos. Assim também poderemos um dia ter a tão sonhada inclusão dentro do ambiente escolar, pois se desde os primeiros anos escolares as crianças compreendam a necessidade do próximo crescerem compreendendo a importância de que as pessoas com deficiência estejam inseridas no ambiente social.

Assim, para que o trabalho do professor possa contribuir para a evolução de crianças em situação de deficiência no interior de instituições regulares, deve contar com diversos apoios institucionais, dentro ou fora da escola, por exemplo, através da formação de uma rede com diversos serviços especializados. Mas a formação do professor é, sem dúvida, a alavanca indispensável para as transformações desejáveis, desde que permita centrar o olhar na diversidade dos alunos (para evitar novos estigmas dos “deficientes”) e esteja aberta às colaborações entre os diversos profissionais. A inclusão terá futuro se, e somente se, for acompanhada de medidas concretas (PLAISANCE, 2010).

O professor também deverá compreender o quão é importante que pessoas deficientes estejam inseridas no cotidiano escolar, desde a primeira infância, ou seja, os primeiros anos escolares. Além de que ele, o professor, que está em sala de aula onde nesta encontra-se uma criança, adolescente, jovem, seja qual a faixa etária, ele deve sempre procurar meios para que o aluno se sinta acolhido e inserido e que ele não está ali apenas para cumprir uma lei, e sim para aprender como qualquer outra pessoa. O educador deverá pesquisar e adaptar as atividades para que o aluno esteja sempre participando da aula e não seja apenas um ouvinte.





Referências bibliográficas

ARANHA, M. S. F. Inclusão social da criança especial. In: SOUZA, A. M. C. (Org.). *A criança especial: Temas Médicos, Educativos e Sociais*. São Paulo: Roca, 2003. p. 307-322.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf

